

ADVÉRBIO

Revista Científica dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG

Vol.16 - N. 32 | 2021 | ISSN 1808-883X

O REGIME MILITAR PÓS-1964 E A IMPrensa: ANÁLISE DE MATÉRIAS DE CAPA DO JORNAL O GLOBO DE DEZEMBRO DE 1968

Alex Carmo

Wanderson Santana Schumacher

O REGIME MILITAR PÓS-1964 E A IMPRENSA: ANÁLISE DE MATÉRIAS DE CAPA DO JORNAL O GLOBO DE DEZEMBRO DE 1968

Wanderson Santana Schumacher¹
Alex Carmo²

RESUMO: O presente estudo é uma análise de matérias de capa do jornal impresso O Globo, publicadas durante o mês de dezembro de 1968. O período compreende os primeiros dias que sucederam a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) do regime militar de 1964, tema abordado nas matérias jornalísticas estudadas e apresentadas neste trabalho. Para realizar a análise, utilizou-se como base, principalmente, os teóricos do Jornalismo: Nilson Lage (2001) e Jorge Pedro Souza (2006), bem como a cientista política Elizabeth Noelle-Neumann (1995) e o sociólogo Pierre Bourdieu (1989). O foco no processo analítico é avaliar os artifícios linguísticos utilizados na construção das narrativas jornalísticas e as possíveis produções de sentidos para o leitor, decorrentes dos textos do O Globo, que pudessem sinalizar indícios de posicionamento político por parte do jornal. O estudo busca compreender se o jornal em questão transpareceu algum apoio ao regime militar e ao AI-5, e como se referiu a eles em seus discursos. Também visa avaliar em que contextos o jornal poderia se beneficiar das medidas políticas impostas pelos militares, podendo justificar o direcionamento das narrativas. Para tanto, levou-se em consideração as possíveis posições e classes sociais do jornal, do regime militar e dos leitores no contexto econômico e social do país, já que a relação entre as classes também pode ter afetado a veiculação da informação por parte do jornal.

Palavras-chave: regime militar, ato institucional nº 5, discurso jornalístico, jornal O Globo, produção de sentido.

1 INTRODUÇÃO

A partir de uma consulta em eventos históricos relacionados ao regime militar, é possível observar que, em meados do século XX, a América do Sul se viu tomada por uma onda de regimes militares autoritários, que lograram êxito em ascender ao poder em diversos países considerados democráticos. Na década de 1960 na Argentina, houve a derrubada do populista Juan Domingo Perón pelos militares. Na década seguinte, Perón retornou do exílio ao seu país e foi derrotado novamente. Houve derramamento de sangue, torturas e retórica patriótica pelos militares, que foram vencidos somente em 1982, na guerra anglo-argentina. (HOBBSAWM, 1995).

¹ Jornalista formado pelo Centro Universitário FAG. E-mail: schumacherwanderson@gmail.com

² Publicitário. Doutor em Letras. E-mail: alexcarmo@fag.edu.br

De acordo com Hobsbawm (1995), no Chile também houve tomada de poder por militares, quando o socialista Salvador Allende foi derrubado em 1973 por um golpe apoiado pelos Estados Unidos; e, sob a liderança do general Pinochet, houve um período de torturas, execuções e exílios que durou dezessete anos. Na Bolívia, após 1964, os militares tomaram o poder e permaneceram por quinze anos. No Uruguai, a tomada do poder aconteceu em 1972 e perdurou até 1985.

No Brasil, por sua vez, o regime democrático foi derrubado em 1964 pelos militares, que deixaram o poder somente após vinte e um anos de autoritarismo. Foi um dos períodos mais duradouros de regime militar da América do Sul no século XX. Isso pode dar subsídio a inúmeros estudos que abordem questões relacionadas a esse recorte histórico. Pode-se citar, por exemplo, as relações entre os militares e os civis, com vistas a compreender que fatores contribuíram à longevidade do regime.

Neste sentido, considera-se que a relação entre a imprensa e regimes autoritários é algo que merece ser estudado, tendo em vista que as implicações simbólicas dos discursos jornalísticos podem exercer influência na opinião pública. Em 1968, em meio ao regime militar no Brasil, pode-se inferir que a imprensa tinha mais influência sobre o público do que atualmente, já que o acesso às mídias era mais limitado. Com isso, é possível afirmar que o potencial da imprensa de balizar o senso comum do público em favor do regime na época poderia ser considerado como estratégico por veículos de imprensa e os militares na escalada do poder.

A título de exemplificação, nota-se que, enquanto o jornal O Estado de São Paulo publicava o editorial "Instituições em Frangalhos", criticando o regime no dia da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e, conseqüentemente, tendo suas edições do dia apreendidas (AQUINO, 1999), o jornal O Globo se limitava a reproduzir os termos do AI-5 e declarações oficiais selecionadas. Diante disso, o presente trabalho busca analisar recortes de matérias do jornal O Globo para compreender como contribuiu na produção de sentidos do leitor acerca do seu entendimento sobre o regime militar. Dito de outro modo, objetiva-se investigar qual o papel que parte da imprensa exerceu na construção da imagem do regime perante a sociedade da época.

Com relação ao recorte histórico estudado neste trabalho, verifica-se que apresenta características semelhantes a algumas observadas no momento presente.

Hoje, pode-se verificar a ocorrência de tentativas pontuais, partindo do governo, de cerceamento da liberdade de imprensa, com ameaças de agressão a repórteres ou ridicularização desses profissionais em público. Isso, por sua vez, pode motivar um sentimento difuso na sociedade de aversão a essa profissão, fato que pode ser notado em atitudes de violência à imprensa partindo da própria população. Em vista disso, torna-se pertinente resgatar, na história, as contribuições de parte da própria imprensa na construção do contexto atual da sua relação com o governo.

Essa reflexão é importante, levando em conta a polarização política que vem se intensificando atualmente no Brasil e em outros países, de modo que uma observação ampla de todo o contexto poderia proporcionar a diminuição dos efeitos de bolhas sociais. Ademais, é oportuno mencionar que o estudo das narrativas jornalísticas, com vistas aos possíveis interesses do veículo de imprensa, também figura como um exercício de reflexão crítica, que pode auxiliar no enfraquecimento dos impactos das *fake news*.

Portanto, a partir desses propósitos, o presente estudo busca, com o apoio de outros teóricos, contribuir com o desenvolvimento da ciência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO JORNALISMO

Antes de buscar compreender o jornalismo contemporâneo, é relevante olhar ligeiramente ao passado e vislumbrar os meandros pelos quais essa atividade comunicacional percorreu durante os anos. Sousa (2006) explica que existe uma grande controvérsia acerca do primeiro jornal impresso a ser digno do nome. O autor cita Costella (1984) que, por sua vez, afirma que alguns historiadores consideram o periódico mensal de Daniel Sedltchansky, editado em Praga a partir de setembro de 1597, como o mais antigo jornal impresso da história. Outros apontam o semanário criado por Abraão Verhoeven, na Antuérpia em 1605.

Segundo Marques de Melo (2003 *apud* SOUSA, 2006), a imprensa chegou ao Brasil em 1808, junto à chegada da Família Real em fuga de Lisboa e ao estabelecimento do Rio de Janeiro como capital do Reino de Portugal e do Brasil. Para o autor, antes disso a imprensa não era necessária no país, já que a população era analfabeta, rural, pouco urbanizada e a sociedade se dividia basicamente entre escravos negros e grandes proprietários. Marques de Melo (2003 *apud* Sousa 2006) afirma que o jornal Gazeta do Rio de Janeiro surgiu no dia 10 de setembro de 1808 e, posteriormente, em 1821, a abolição da censura régia possibilitou uma lenta proliferação dos jornais brasileiros.

O período da chegada da imprensa no Brasil coincide com o citado por Traquina (2005), segundo o qual, o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas remonta do século XIX, quando houve o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa que, por sua vez, para o autor, está ligada à emergência do jornalismo como atividade remunerada. Para Traquina (2005), houve uma mudança fundamental no jornalismo durante o século XIX, quando a primazia da atividade passou a ser dada aos fatos e não às opiniões, o que deu base para o nascimento do valor da objetividade como característica do jornalismo no século XX.

2.2 JORNALISMO COMO TÉCNICA

Antes de adentrar na técnica jornalística, é preciso compreender que jornalismo é comunicação. Sousa (2006) afirma que é com o jornalismo que a comunicação social normalmente está relacionada.

A comunicação social ou comunicação de massas (*mass communication*) é a comunicação efectuada a grande escala, de forma impessoal, para uso e benefício de um grande, anónimo e heterogéneo número de receptores em simultâneo, que fisicamente podem estar bastante separados, sendo, habitualmente, diminutas as possibilidades de interacção e feedback do receptor com o emissor (SOUSA, 2006, p. 54).

A partir dessa conceituação, entende-se a dimensão da responsabilidade da comunicação de massas. A possibilidade reduzida de interação e *feedback* dos receptores com o emissor pode se mostrar algo potencialmente perigoso, já que, livre

do risco de ser confrontada pelo público, a imprensa pode encontrar mais facilidade para se firmar como um instrumento de afirmação do domínio de classes e preservação do *status quo*.

Em relação à maneira como o jornalismo se produz, em sua obra escrita na década de 1970, Erbolato (2003) afirma que a matéria-prima do jornalismo são as notícias e, somente depois de divulgadas, é que os assuntos de que tratam poderão ser comentados, interpretados e pesquisados. Isso demonstra o quão maior poderia ser a influência da imprensa na sociedade nos idos do século XX em face da atualidade, em que o acesso à comunicação em nível global por grande parte da população, por meio da internet, tem potencial para transcender a hegemonia da imprensa tradicional.

Especificamente sobre a notícia, Lage (2001) a define como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Já Erbolato (2003) explica que, a despeito da importância da notícia, os teóricos não conseguiram defini-la de maneira satisfatória, que apenas dizem como ela deve ser, mas não como ela realmente é. O autor afirma que a notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público.

Como já mencionado, a objetividade veio a ser estudada no meio jornalístico somente no século XX. A respeito disso, Erbolato (2003, p. 56) explica:

Outra característica da notícia é a *objetividade*. Deve ser publicada de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado. Quem colhe dados, observando o local ou entrevistando pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, deve agir com isenção de ânimo. Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter.

Essa visão do autor, escrita na década de 1970, revela uma possível defasagem na conceituação em virtude do tempo decorrido até a atualidade. Isso pode ser observado quando o texto abre margem para contestação. Por exemplo, "*noção correta do assunto*", observação do local e até a escolha de "*pessoas capacitadas*" são conceitos relacionados à subjetividade, uma vez que dependem de escolhas que passam, inevitavelmente, pelo julgamento do jornalista, e de seus pressupostos morais e culturais.

Também buscando explicar o conceito de objetividade no jornalismo, Sousa (2001) afirma que ela corresponde à noção de que as notícias podem ser o espelho da

realidade. No entanto, o autor acrescenta que filósofos e epistemólogos logo argumentaram que é impossível alcançar a objetividade, enquanto os jornalistas tardaram a descobrir que as notícias nunca poderiam ser o espelho da realidade.

Traquina (2005) explica que existe um fator que incide sobre a notícia, o *imediatismo*. O autor o define como o espaço de tempo entre o acontecimento e o momento em que é publicado como notícia. De acordo com ele, por isso é que se valoriza a velocidade, de modo que as notícias são vistas como um “bem altamente perecível”.

2.3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE E VALORES-NOTÍCIA

Existe um conjunto de fatores que indicam o que merece ou não ser noticiado, de modo a gerar mais interesse do público. Sousa (2001) explica que a escolha do assunto para virar notícia normalmente não depende somente da subjetividade do jornalista, mas também de mecanismos que o autor classifica como “critérios de noticiabilidade” ou “valor-notícia”. Traquina (2005), por sua vez, afirma que os critérios de noticiabilidade são um conjunto de valores-notícia que determinam o que é suscetível de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”).

Sousa (2001) afirma que os primeiros autores a apontarem a existência de critérios de noticiabilidade, que pudessem se sobrepor à ação pessoal do jornalista, foram Galtung e Ruge (1965), que enumeram dez fatores de relevância para tornar noticiável o acontecimento. A seguir esses fatores são explicitados, levando em consideração as explicações de Sousa (2001).

Proximidade: quanto mais próximo for o acontecimento, mais chances de virar notícia. Momento do acontecimento: quanto mais recente for o acontecimento, mais chances de se tornar notícia. Significância: quanto mais intenso for o acontecimento, mais relevância para se tornar notícia. Proeminência social dos sujeitos envolvidos: quanto mais importantes forem as pessoas envolvidas, mais possibilidades o fato tem de se tornar notícia. Proeminência das nações envolvidas nas notícias: quanto mais

importantes forem as nações envolvidas num acontecimento internacional, mais chances ele tem de se tornar notícia. Consonância: quanto mais o acontecimento se adaptar à mídia, mais possibilidades de virar notícia. Imprevisibilidade: quanto mais surpreendente for o acontecimento, mais chances de se tornar notícia. Continuidade: os desdobramentos de acontecimentos já noticiados têm grandes chances de virar notícia. Composição: quanto mais a temática do acontecimento se adaptar de maneira equilibrada com o veículo, mais chances de se tornar notícia. Negatividade: quanto mais negativo for o acontecimento, mais probabilidades de virar notícia.

É válido ressaltar que outros autores também classificam os critérios de noticiabilidade, muitas vezes com nomenclatura diferente, mas com significados semelhantes. Erbolato (2003) enumera 24 fatores de critérios de noticiabilidade, alguns semelhantes entre si, de modo que torna desnecessário esmiuçar cada um deles neste trabalho. Alguns dos critérios do autor são: aventura e conflito, humor, sexo e idade, rivalidade, utilidade, dinheiro, culto de heróis, descobertas e invenções.

Os critérios de noticiabilidade para Traquina (2005) são subclassificações de "valores-notícia". O autor faz a distinção entre "valores-notícia de seleção" e "valores-notícia de construção". Em relação aos de seleção, o autor estabelece duas subclassificações, a saber, os critérios substantivos, que se dividem: em morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração, escândalo; critérios contextuais, divididos em: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso. Com relação aos "valores-notícia de construção", verifica-se que são classificados como: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Por fim, para Lage (2001), os critérios de noticiabilidade variam de acordo com a realidade das empresas de comunicação, de modo que dependem de interesses de classes ou grupo dominante, gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder e estratégias fundadas em avaliações prévias.

2.4 O TEXTO JORNALÍSTICO

De acordo com Sousa (2001), o discurso jornalístico requer o domínio da língua e da gramática, bem como das técnicas de redação. Em relação ao texto destinado ao jornal impresso, o autor esclarece que o objetivo é informar muitos leitores, o que restringe as formas de enunciação jornalística, impondo princípios à escrita.

O texto jornalístico tem como base a enunciação descritiva, citações, a análise e a opinião. Podem ser usados simultaneamente no texto jornalístico os quatro tipos de enunciação citados, no entanto, a descritiva deve estar sempre presente (SOUSA, 2001). Isto ocorre porque, para poder analisar ou opinar sobre algum fato ou ideia, se faz necessário descrever o objeto, o que justifica a necessidade do uso da enunciação descritiva no texto jornalístico.

Ainda com base nas considerações de Sousa (2001), na sequência, são apresentadas as características dos tipos de enunciação, a iniciar pelo texto descritivo, que, como próprio nome indica, serve para descrever alguma coisa. No jornalismo, aplica-se a fatos, acontecimentos ou ideias. Esse tipo de enunciação engloba ainda as citações e serve, essencialmente, para informar o público. A enunciação analítica é um equilíbrio entre a descrição e a opinião. A análise corresponde à dissecação da realidade, servindo-se de fatos conhecidos e descritos, visando gerar conhecimento. Produzir um texto analítico representa fazer um jornalismo aprofundado e ambicioso. A respeito do texto opinativo, evidencia-se que visa influenciar o público e contribuir para o debate. Não é um tipo de texto comumente encontrado nas publicações e, para produzi-lo, requer conhecimento e sabedoria.

Outra classificação dos textos no jornalismo refere-se aos gêneros jornalísticos. Sousa (2001) tipifica os principais deles em: notícia, entrevista, reportagem, crônica, editorial e artigo. Apesar dessa tipificação, ele explica que os gêneros não têm fronteiras entre si, de modo que podem compartilhar suas características. Com base nisso, a seguir, são apresentadas breves definições acerca dos gêneros jornalísticos.

Especificamente sobre a notícia, segundo Erbolato (2003), verifica-se que se trata de um texto que deve responder a seis perguntas clássicas: “Quem? Quê? Quando? Onde? Por quê? Como?”. Quando a notícia responde a todas essas perguntas, é classificada como *notícia analítica* (completa). Mas, há casos em que a notícia responde a apenas três perguntas – Quem? Quê? Quando? – e, neste caso, é classificada como *notícia sintética*.

Como mencionado anteriormente, o segundo gênero é classificado por Sousa (2001) como entrevista. Para o autor, este gênero é assim classificado quando se apresenta isoladamente ou como parte importante de uma peça jornalística. Isso ocorre porque a entrevista é vista frequentemente em textos jornalísticos. É pertinente ressaltar ainda que o autor enfatiza a necessidade de distinguir a entrevista em dois aspectos: como gênero e como técnica de obtenção de informações.

O terceiro gênero é a reportagem. Lage (2001) explica que existem duas razões que contribuem para a confusão entre a reportagem e a notícia. Uma é a polissemia da palavra, que também pode representar a seção das redações onde se produz matérias em veículos de imprensa. A segunda resulta de que as reportagens da imprensa diária são escritas com características semelhantes às da notícia. Já para Sousa (2001), a reportagem é o gênero nobre, o gênero jornalístico por excelência. Para o autor, o principal objetivo é informar com profundidade e exaustividade, contando uma história.

Os três gêneros restantes são definidos por Sousa (2001) como: editorial, um gênero argumentativo que apresenta o posicionamento de um jornal acerca de um assunto atual. Crônica é um texto em que o autor escreve de maneira criativa sobre algum assunto, contando uma história e também abordando fatos curiosos. Por último, o autor apresenta o gênero artigo, que possui natureza interpretativa e/ou persuasiva. São matérias subjetivas e pessoais, em que se compartilha uma visão de mundo com o leitor.

3 ANÁLISE

3.1 O JORNAL O GLOBO E A DITADURA MILITAR

Com objetivo de contextualizar historicamente a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) durante o regime militar pós 1964 e suas relações com a imprensa, recorte que a presente pesquisa busca investigar, recorre-se a autores que podem explicar algumas perspectivas de interesse deste estudo. Nesse sentido, Aquino (1999) esclarece que, no dia 13 de dezembro de 1968 foi editado o AI-5 pelo então presidente da República, Costa e Silva, como resposta ao Poder Legislativo por não autorizar que fosse movido um processo contra o deputado Márcio Moreira Alves, após ter sugerido um boicote aos militares durante um discurso na Câmara dos Deputados.

Aquino (1999, p. 206) afirma que: “Na data da edição do Ato, *OESP* preparou o editorial ‘Instituições em Frangalhos’, que acabou sendo responsável pela apreensão de *OESP* e do *Jornal da Tarde* (...)”. Dessa forma, é possível entender que o mês de dezembro de 1968 teve importante significado para a imprensa brasileira. Parte dela, caracterizada pelos jornais impressos citados pela autora, lutava para garantir o direito de expressão, enquanto o governo não autorizava a publicação de matérias que pudessem expor falhas, injustiças, excessos, entre outros assuntos de oposição ao Executivo.

De acordo com Paixão e Carvalho (2016), o final do ano de 1968 foi um marco do alto rigor da repressão. A censura se tornou mais intensa, o que levou jornais e editoras à falência, enquanto outros praticavam a autocensura como forma de se proteger da violência institucionalizada. A partir do exposto pelos autores, pode-se entender que o período que se seguiu após a edição do AI-5 foi de controle por parte do governo sobre a imprensa com uso de violência. Diante disso, para o presente estudo, alguns questionamentos são pertinentes: “houve veículos de imprensa que se posicionaram politicamente a favor do regime militar após a edição do AI-5?” e “como isso pode ser identificado em artifícios linguísticos e jornalísticos expressos nos textos publicados na época pela imprensa, especificamente pelo jornal impresso *O Globo*?”.

De forma a corroborar a ideia de repressão pelos militares, Sousa (2006) afirma que, durante a ditadura militar no Brasil, prevaleceu o Modelo Autoritário de Jornalismo, em que o conteúdo a ser veiculado na imprensa devia passar pelo crivo do governo. Portanto, nesse modelo, não há liberdade de imprensa, predominando a censura, de modo que não é permitido que o jornalismo critique o governo. O Estado detém prerrogativa de aplicar punições aos considerados subversivos, como multas, prisão, suspensão do direito de exercer a profissão e até apreensão de publicações.

A figura 1 mostra um recorte de como o jornal O Globo retratou assuntos relacionados ao governo durante o regime militar pós-1964.

Figura 1: Recorte da capa da edição nº 13.072, de 17/12/1968 do jornal O Globo

PRESIDENTE: SEMPRE QUE NECESSÁRIO SERÃO FEITAS REVOLUÇÕES NA REVOLUÇÃO



PRESIDENTE ENTREGOU DIPLOMAS A 27 NOVOS DIPLOMATAS FORMADOS PELO INSTITUTO RIO BRANCO, INCLUSIVE QUATRO MÓÇAS

Em discurso proferido ontem na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, o Presidente Costa e Silva acentuou a continuidade do processo revolucionário, que precisou ser reativado através do Ato Institucional n.º 5, e enfatizou: "Sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução". Alertou os oficiais contra os que "procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam", usando de todos os recursos da "maledicência, falsidade, falácia, mentira, calúnia". Chefe Supremo das Forças Armadas, "de direito e de fato", realçou o Marechal Costa e Silva que "não abrirá mão dessa honrosa prerrogativa" e conclamou os militares a manterem-se "monoliticamente coesos", cerrando fileiras em torno de seus chefes. (Na pág. 6)

Fonte: Acervo digital do jornal O Globo

É oportuna a escolha do texto em questão para análise, já que, à primeira vista, a matéria apresenta uma imagem positiva para o presidente, que aparece com expressão alegre na foto que acompanha o texto, em contraste com o momento em que é publicada. O contexto é de tensão entre a imprensa e o governo, pois havia

passado poucos dias de um acontecimento tão simbólico da repressão, marcado pelo AI-5.

Buscando compreender as condições de produção de efeitos de sentido no recorte da figura 1 que possam sinalizar possíveis posicionamentos políticos por parte do jornal O Globo, recorre-se a alguns conceitos de Lage (2001, p. 49) que, ao descrever o processo de produção das notícias pelos veículos de imprensa, afirma que a notícia tende “a produzir-se de modo a eliminar aparentemente crenças e perspectivas. No entanto, a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante”. Então, verifica-se que a matéria ilustrada na figura 1, paralelamente às explicações de Lage (2001), apresenta possíveis interpretações, descritas a seguir.

Recorte teórico 1: *“produzir-se de modo a eliminar aparentemente crenças e perspectivas”* (LAGE, 2001 p. 49), revela-se no recorte do jornal O Globo presente na figura 1, entre outras formas, pela maneira com que as declarações do presidente são inseridas entre aspas. Isso sugere uma tentativa do jornal O Globo de se eximir dos sentidos criados pelos enunciados atribuídos ao presidente. Por exemplo, em *“Sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução”*, pode indicar uma tentativa de justificar a edição do AI-5, buscando legitimidade nessa ação do governo junto à opinião pública. Em relação aos enunciados, também atribuídos ao presidente, *“procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam”* e *“maledicência, falsidade, falácia, mentira, calúnia”*, pode-se verificar que são carregados de opinião e juízos de valor, o que sugere que os sentidos que acompanham os enunciados citados são algo que, possivelmente, o jornal O Globo não quer que pareça evidente que também compartilha dessa opinião.

Considerando o parágrafo anterior, parte-se para o **recorte teórico 2:** *“a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante”* (LAGE, 2001 p. 49), pode-se inferir que os enunciados carregados de opinião, presentes no recorte da figura 1, configuram-se como os *“preconceitos e pontos de vista”* assim como classificados por Lage (2001). Por conseguinte, se considerar *grupo social dominante* como a antiga burguesia, ou a elite detentora de capital econômico e

domínio sobre uma parcela da classe proletária, pode-se também considerar que o jornal O Globo é integrante do *grupo social dominante*.

A partir dessa perspectiva, é notável que O Globo, sendo parte e representante do grupo social dominante, deseja legitimar as ações que culminaram no regime militar, especificamente o AI- 5, como é citado no recorte da figura 1. Pode-se entender que, a partir da maneira como é redigido o texto da notícia, o jornal busca camuflar seu posicionamento político, bem como o apoio ao regime militar, inculcando, assim, esse mesmo posicionamento no imaginário dos leitores. Dessa forma, é possível considerar que a matéria apresentada possui características tendenciosas, revelando parcialidade por parte do jornal O Globo.

Para Gentili (2004), o período entre 1968 e 1973, no Brasil, ficou conhecido como “milagre econômico”, em que houve significativo crescimento da economia, refletido no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e em investimentos estrangeiros. No entanto, esse grande desenvolvimento da economia brasileira beneficiou de maneira desigual a população. Para o autor, a classe média de maior renda e os setores produtivos ligados à expansão econômica foram os maiores beneficiados. Isso aumentou a concentração de renda no país, levando a queda no valor real do salário mínimo. Essa conjuntura introduz o próximo recorte do jornal O Globo.

Figura 2: Recorte da capa da edição nº 13.073, de 18/12/1968 do jornal O Globo



Fonte: Acervo digital do jornal O Globo

Opta-se pela matéria ilustrada pela Figura 2, pois vincula o AI-5 ao desenvolvimento econômico no país. Notadamente, outra forma de atribuir imagem positiva ao AI-5 para o público.

A fim de investigar a produção de sentido no recorte da Figura 2, que possa demonstrar indícios de posicionamento político de apoio ao AI-5 por parte do jornal O Globo, recorre-se a Lage (2001, p. 60), para quem “[...] a notícia é axiomática. Dispensa argumentações e, usualmente, as provas; quando as apresenta, é ainda em forma de outros enunciados axiomáticos. Não raciocina; mostra, impõe como dado – e assim furta-se à análise crítica”.

Sendo assim, com base no autor supracitado, estabelecendo relações com a matéria da figura 2, é possível entender que a característica axiomática da notícia se apresenta, entre outras formas, na maneira com que são feitas as afirmações atribuídas

ao então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, em relação ao que irá proporcionar o AI-5 para a economia. Tais afirmações se privilegiam da característica de semelhança com “verdade absoluta”, proporcionada pelo texto noticioso e, ainda que tais afirmações sejam brevemente argumentadas no decorrer da notícia, o argumento também possui característica axiomática. Assim, as constatações positivas sobre o AI-5, mesmo que atribuídas ao Ministro da Fazenda, têm a propriedade de serem recepcionadas de maneira igualmente positiva pelo leitor.

Ainda com base em Lage (2001), a maneira com que o texto impõe como dado, furtando-se à análise crítica, é potencializada ao tratar de um assunto complexo de ser analisado pelo leitor, a economia. Por análise crítica, neste caso, entende-se como o ato de refletir acerca da narrativa jornalística por diferentes perspectivas, avaliando outros fatores inseridos no contexto e de que maneira podem influenciar ou serem influenciados pelo enunciado, tornando a narrativa válida ou não.

Nesse sentido, os resultados decorrentes de intervenções na economia podem ser diversos em diferentes perspectivas. No caso do “milagre econômico”, Mendonça e Sanz (2017), em reportagem³ a El País, explicam que a distribuição dos resultados do crescimento econômico foi bastante desigual. Houve aumento da concentração de renda, especialmente em favor da população que possuía maior grau de instrução, o que contribuiu para que a desigualdade social atingisse níveis nunca vistos antes. Para as autoras, o crescimento econômico foi impulsionado pela contenção dos salários e pela diminuição de reajustes baseados na inflação. Sendo assim, tal crescimento foi positivo para os empresários e, em contrapartida, negativo para os trabalhadores, tendo em vista que tiveram perdas reais. Além disso, observa-se que isso foi possível devido à interferência dos militares nos sindicatos.

Com base nas considerações apresentadas acima, é possível considerar que, para o leitor, torna-se complexa a compreensão dos fatores envolvidos no crescimento econômico do país, em um breve momento de leitura da capa de um jornal. Ficando, assim, registrada a impressão retratada no texto da notícia: a imagem positiva do AI-5, como um mecanismo de salvação da economia como um todo, em que todos serão beneficiados.

3 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html, acesso em 13/10/2020.

Frente ao exposto, é cabível considerar que O Globo possuía interesses na continuidade do regime militar, especialmente nas questões econômicas, já que, como sendo uma empresa que representa parte do setor produtivo brasileiro, poderia se beneficiar financeiramente com as medidas econômicas impostas pelos militares. Dessa forma, pode-se concluir que, no recorte da Figura 2, o jornal O Globo apresentou características tendenciosas de apoio ao regime militar, utilizando-se de características axiomáticas da redação jornalística.

Segundo Bedê Junior (2013), logo no início do período do regime militar, o governo extinguiu os partidos políticos e ampliou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de 11 para 16. Para as novas vagas criadas na Suprema Corte, o governo nomeou cinco ministros com ideais alinhados ao regime. Conforme o autor supracitado, a medida do Executivo foi claramente autoritária, porquanto passou a ter a maioria dos ministros do STF com afinidade às inclinações do regime militar.

Essa relação entre o governo militar com os poderes nacionais, exemplificada no parágrafo anterior, contextualiza o próximo recorte do jornal O Globo.

Figura 3: recorte da capa da edição nº 13078, de 24/12/1968 do jornal O Globo.

Senadores apóiam o AI 5 e Costa e Silva

Cêrca de quarenta senadores da ARENA vão enviar telegrama de apoio ao Presidente Costa e Silva e ao Ato Institucional n.º 5. Somente deixaram de assinar o documento já redigido os Srs. Daniel Krieger, Gilberto Marinho e Milton Campos.

Fonte: Acervo digital do jornal O Globo

O recorte é importante, já que, mesmo com o Congresso Nacional em recesso por imposição do próprio regime militar, mostra o interesse do governo em garantir controle dos poderes por meio de alinhamentos políticos. Naquele momento, o Senado, sem poder político ativo, pode ser usado para reforçar interesses do regime junto à opinião pública, neste caso, o AI-5.

Visando analisar os possíveis sentidos do texto representado na Figura 3, vale-se de Sousa (2006), para quem a Teoria da Espiral do Silêncio, proposta por Elisabeth Noelle-Neumann (1995), pode ser aplicada ao jornalismo. De acordo com a teoria da autora, explicada por Sousa (2006), as pessoas, ao buscarem integração social, se atentam às opiniões majoritárias, tendendo a expressar-se de acordo com parâmetros da maioria. Quando a opinião desses indivíduos diverge da maioria, eles se calam.

Segundo Sousa (2006), a imprensa constrói narrativas de modo a parecer a opinião dominante da sociedade. Com isso, a população com opinião contrária, na busca pela participação do grupo e medo do isolamento, se cala diante de uma opinião que parece ser dominante.

No texto do recorte da Figura 3, ao afirmar que senadores apoiam o AI-5 e o presidente Costa e Silva, O Globo pode contribuir para que ocorra uma situação com os efeitos da Teoria da Espiral do Silêncio. É admissível que, visto a representatividade da figura dos senadores, o texto venha criar o sentimento no leitor da necessidade de se apoiar o AI-5 e o governo. Além disso, quando o texto evidencia o número alto de senadores apoiadores do governo, expondo os nomes dos únicos três senadores que não apoiaram o ato, pode criar o medo do isolamento do grupo, por discordar da maioria. Sendo assim, é possível evidenciar a intenção de influenciar o público leitor a apoiar o regime militar, visando expandir o número de adeptos.

Com base no texto da Figura 3, nota-se que o jornal O Globo demonstra conduta com afinidade às práticas arbitrárias do regime militar. O texto apresenta semelhança com autoritarismo, pois, primeiro se coloca em favor do AI-5 e do presidente Costa e Silva e, em seguida, pré-julga nomeadamente os senadores contrários, e expondo-os ao jugo da opinião pública. As informações da notícia do recorte não apresentam fonte e o posicionamento sequer está expresso sob a

camuflagem de enunciados inseridos entre aspas e atribuídos a outrem, o que acaba por revelar a opinião do próprio jornal.

Para Mori (2019), em reportagem⁴ à BBC News Brasil, o regime militar passou a perder popularidade a partir de 1968. Parcelas da sociedade, que haviam apoiado os militares desde o golpe de 1964, como a igreja, parte da imprensa, Poder Judiciário e lideranças políticas, passaram a demonstrar descontentamento com as condutas autoritárias do regime. Para a autora, a nova oposição ao regime significou um problema para os militares quando passou a ser integrada não apenas por grupos de esquerda, mas por grupos posicionados mais ao centro. Na tentativa de conter esse movimento e preservar o poder do regime sobre a população, a resposta dos militares foi a edição do AI-5 e suas medidas autoritárias.

As relações de poder manifestas pelos militares com a edição do AI-5 e exemplificada no parágrafo anterior fundamentam o recorte do jornal O Globo na figura 4.

Figura 4: recorte da capa da edição nº 13080, de 27/12/1968 do jornal O Globo.

Albuquerque Lima: Revolução não teme crítica do exterior

O Ministro Albuquerque Lima, do Interior, declarou ontem a O GLOBO que as metas básicas da atual fase revolucionária são as reformas estruturais nos campos social, político, econômico e administrativo, entre outros. Acentuou que, a partir do Ato Institucional N.º 5,

deixaram de existir vários empecilhos que obstavam essas reformas, inclusive os de ordem legal. Entende que as estruturas nacionais devem ser mudadas em profundidade, mesmo contrariando poderosos interesses internos e externos. Acrescentou, a propósito, que

a Revolução não teme críticas do estrangeiro, pois não deve satisfações a nenhum país ou setor de opinião situado além de nossas fronteiras, pouco importando o rótulo que lá fora estejam usando para definir a realidade brasileira. (PÁG. 9)

Fonte: Arquivo digital do jornal O Globo

4 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50747553> acesso em 20/09/2020.

O estudo do recorte em foco é relevante, posto que os enunciados atribuídos ao Ministro Albuquerque Lima, representante do próprio regime militar, explicitam o descontentamento em relação ao regime por grupos internos e externos ao país, bem como sugerem sentimento de preocupação dos militares pelo risco de perda de poder, o que corrobora a afirmação de Mori (2019), citada anteriormente.

Aprofundando-se na conceituação das relações de poder, Bordieu (1989) afirma que as frações dominantes encontram nos sistemas simbólicos a função política de dominação, de modo que, como instrumento de imposição, colabora para legitimar a dominação de uma classe sobre outra.

A partir disso, considerando que a linguagem é um sistema simbólico, pode-se entender que o jornal impresso, por utilizar a linguagem como instrumento de comunicação e informação, possui, potencialmente, a mesma função política de dominação encontrada nos sistemas simbólicos.

Seguindo o aprofundamento da conceituação das relações de poder e poder simbólico, Bomfim (2016, p. 104) afirma:

É latente a conformação das relações objetivas de poder como replicação das relações de poder simbólico, e a possibilidade de enunciar corresponde a uma forma de embate, ainda mais quando está em disputa a orientação de sentidos ao nível do senso comum.

Por interpretação subjetiva do trecho citado, o autor coloca que, de forma oculta, as relações sociais de poder que se dão no campo físico ou material, se constituem nos moldes das relações de poder do campo simbólico. Nesse processo, tal qual uma guerra, a luta são os discursos e os espólios são o convencimento das pessoas.

Considerando os autores citados, em paralelo com o texto do recorte da figura 4, percebe-se que relações de poder se manifestam no decorrer da notícia, a iniciar pelo título. Ao enunciar *“Revolução não teme crítica do exterior”*, o texto coloca o regime militar em nível de prestígio acima dos países que se opõem. Isso se repete no trecho *“pois não deve satisfações a nenhum país ou setor de opinião situado além de nossas fronteiras”*, o que pode denotar independência e autossuficiência, para enaltecer a figura nacional então representada pelos militares.

No trecho *“A partir do Ato Institucional N.º 5, deixaram de existir vários empecilhos que obstavam essas reformas, inclusive os de ordem legal”*, o texto eleva o AI-5 em nível de autoridade acima do Poder Judiciário, ignorando sua representatividade e poder de moderação sobre as ações do Executivo. No excerto *“mesmo contrariando poderosos interesses internos e externos”*, pode-se entender que, no processo de produção de sentido para o leitor, o texto busca potencializar ainda mais a imagem de poder do regime militar. Isso pode ser evidenciado pela atribuição do adjetivo *“poderosos”* aos interesses sobre os quais o regime se coloca acima em nível de superioridade.

A análise apresentada indica semelhanças entre o texto da figura 4 e as concepções sobre relações de poder e poder simbólico, demonstradas por Bordieu (1989) e Bomfim (2016). As asserções presentes no recorte, que conferem valores ao AI-5 e ao regime militar, ao buscarem o reconhecimento do público sobre sua legitimidade, podem se caracterizar pelo uso da função política dos sistemas simbólicos como dominação de uma classe sobre outra, como bem colocado por Bordieu (1989). Por consequência, o recorte como um todo revela o embate pelo poder, por meio da enunciação na orientação de sentidos no público, consoante com o que explica Bomfim (2016).

No presente ponto da discussão, é possível inferir que o jornal O Globo demonstrou participação no processo de construção de imagem positiva ao regime militar e ao AI-5. Torna-se admissível que O Globo se caracterizou também como representante da classe que busca dominação sobre outras, uma vez que tinha interesses particulares que envolviam a continuação do regime militar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após selecionar quatro recortes de capas do jornal O Globo de edições publicadas no mês da edição do Ato Institucional nº 5 e analisá-las minuciosamente, objetivando avaliar os artifícios linguísticos e jornalísticos que pudessem sinalizar o posicionamento político do veículo de comunicação supracitado em relação ao regime

militar, chega-se à conclusão que O Globo se mostrou a favor do regime, tendo provavelmente contribuído para sua longevidade, por meio da orientação da opinião pública.

Com respaldo de outros autores, o estudo indica que O Globo se apoiou em ângulos distintos em cada recorte de notícia jornalística na construção de sentidos para o leitor, que também puderam ser analisadas sob égide de diferentes princípios teóricos. A partir da análise do recorte da figura 1, observou-se que o texto buscou acentuar a necessidade do AI-5 e desmoralizar opositores, atribuindo-lhes juízos de valor análogos à corrupção. Com base nas considerações de Lage (2001) sobre o processo de produção da notícia, foi possível demonstrar como o jornal oculta seus pontos de vista no decorrer do texto. Ainda com o suporte teórico desse mesmo autor, foi possível analisar o recorte representado pela figura 2, em que o texto buscou explorar aspectos da economia para exaltar a importância do AI-5. Então, evidenciou-se que a notícia, por conveniência, conduz o entendimento do leitor sobre o assunto porque se privilegia do *axioma jornalístico*.

A análise do recorte da figura 3, por sua vez, demonstrou que O Globo buscou orientar o apoio popular ao AI-5 com o uso da representatividade numérica das figuras dos senadores. Na oportunidade, recorreu-se à Teoria da Espiral do Silêncio de Noelle-Neumann (1995), aplicada ao jornalismo por Sousa (2006). E por fim, com relação ao recorte ilustrado pela figura 4, verificou-se que o jornal objetivou inculcar no leitor a percepção de supremacia do regime militar, sobre instituições internas e externas ao Brasil. Para análise deste recorte, o estudo se apoiou em proposições de Bordieu (1989) e Bomfim (2016), sobre as relações de poder e poder simbólico.

Considerando as discussões apresentadas até o momento, verifica-se que, embora pertençam a classes sociais distintas, mas com interesses semelhantes (O Globo, pelo poder situado no capital econômico, e o regime militar pelo poder propriamente dito, de controle e imposição), é possível que O Globo e o regime militar tenham se colocado em um instante de cooperação pela legitimação do poder e dominação, ainda que o jornal estivesse em nível de subordinação ao regime militar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento, Bauru: EDUSC, 1999.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>>, acesso em: 09/09/2020.

BEDÊ Junior, Américo. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85, **Revista de Informação Legislativa**. Ano 50, N. 197 janeiro/março 2013, p. 161-174
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril_v50_n197_p161> Acesso em: 12/09/2020.

BOMFIM, Ivan. Entre uma nova arquitetura e a reafirmação das estruturas de poder hegemônicas: a cobertura do portal Veja sobre a constituição dos BRICS (2005-2010). **Brazilian journalism research**, v. 12, n. 1, p. 102-121, 2016. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/833>> Acesso em: 20/09/2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo:** Redação, Captação e Edição no Jornal Diário, 5ª ed., Série Fundamentos. Ática. São Paulo: 2003.

GENTILLI, Victor. O Jornalismo Brasileiro do AI-5 à Distensão: o "milagre econômico", repressão e censura. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 87-99, jan. 2004. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2075>>. Acesso em: 07/09/2020. doi: <https://doi.org/10.5007/%x>.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3ª edição, 160 p. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001.

MENDONÇA, Heloísa. SANZ, Beatriz. O lado obscuro do 'milagre econômico' da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html>, acesso em 13/10/2020.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Barcelona: Paidós, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/41562188/Elisabeth_Noelle-Neumann_La_espiral_del_Silencio.pdf> Acesso em 12/09/2020.

PAIXÃO, C.; CARVALHO, C. P. Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira. **Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. Série O Direito Achado Na Rua**, Brasília V. 8, p. 336-348, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/34008151/Cultura_pol%C3%ADtica_e_moral_as_diversas_faces_da_censura_na_ditadura_militar_brasileira> Acesso em: 04 out. 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**, 2ª ed. Porto, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>> Acesso em: 11/10/2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**, Porto, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso em: 11/10/2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. 2. ed., Insular, Florianópolis: 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Insular, Florianópolis: 2005.